



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

**Eixo temático: Movimentos Sociais e Serviço Social**

**Sub-eixo: Serviço Social e Movimentos Sociais: pesquisa teórica e profissional**

## **NOTAS SOBRE IDEOLOGIA E POLÍTICA NA TRADIÇÃO MARXISTA**

**EDUARDO MARA<sup>1</sup>**

### **RESUMO**

O artigo analisa diferentes concepções acerca da ideologia na tradição marxista, privilegiando as contribuições de Gyorgy Lukács e Antônio Gramsci. A comparação entre as concepções destes últimos dois autores se deve à diferente articulação entre economia e política presente na análise da ideologia, bem como diferentes parâmetros à análise do papel da ideologia na luta política entre classes.

**Palavras-chave:** Ideologia. Política. Hegemonia. Marxismo.

### **ABSTRACT**

The article analyzes different understandings of ideology in the Marxist tradition, focusing on the contributions of Gyorgy Lukács and Antonio Gramsci. The comparison between the two authors is due to the contrast between economics and politics in their analyses of ideology, as well as different frameworks for examining the role of ideology in the political struggle between classes.

**Keywords:** Ideology. Policy. Hegemony. Marxism.

### **1. Introdução**

O termo ideologia é talvez o mais polissêmico da tradição marxista. Seus diversos significados remetem, contudo, à “batalha das ideias” como expediente central da luta de classes em cada período histórico. No momento em que o grande capital financeiro passa a apoiar decisivamente, em várias regiões do globo, movimentos de massa de caráter nitidamente reacionário, o debate sobre a ideologia é central às estratégias das classes subalternas para fazer frente ao reacionarismo burguês.

No âmbito do Serviço Social brasileiro, a compreensão do espaço ocupado pela profissão

---

<sup>1</sup> Universidade Federal de Pernambuco



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

no interior da divisão social do trabalho inclui a reflexão sobre as formas ideológicas da dominação burguesa, particularmente através do Estado. Assim, as chamadas políticas sociais não tratam apenas das necessidades de reprodução da força de trabalho ou da necessária mitigação dos efeitos catastróficos da lógica de produção capitalista sobre a vida da massa de trabalhadores que compõe a superpopulação relativa. Elas inserem-se na disputa de hegemonia entre as classes, podendo representar o ocultamento da dominação e exploração dos *de cima* ou, de outro lado, o ponto de partida para a organização e tomada de consciência dos *de baixo*.

Novamente aqui, o debate acerca do papel da ideologia na dominação de classe capitalista adquire centralidade. A própria noção de “questão social”, definida pela atual direção social e política do Serviço Social, inclui não somente o entendimento da lógica capitalista de produção, mas também da formação do proletariado enquanto classe tanto na luta por direitos quanto na organização de um projeto societário alternativo à sociabilidade burguesa. Isso implica, evidentemente, o entendimento da ideologia e sua relação com a política na modernidade.

Este artigo visa, assim, analisar diferentes impostações presentes na tradição marxista acerca da categoria ideologia e de sua relação com a política na sociedade capitalista. Escolhemos, nos limites deste artigo, algumas obras marxianas como ponto de partida para a compreensão da ideologia priorizando os escritos de Gyorgy Lukács e Antônio Gramsci. Na primeira seção, discutimos a relação entre ideologia e consciência de classe presente na obra de Marx e desenvolvida por Lukács (2003) em *História e Consciência de Classe*. Em nossa segunda seção, analisamos a relação entre Ideologia e Hegemonia no Gramsci dos *cadernos do cárcere* (2011).

## 2. Ideologia e consciência de classe

Não obstante a enorme diversidade existente dentro e fora da tradição marxista, podemos agrupar as diferentes acepções acerca da categoria ideologia em dois grandes blocos. De um lado, o que poderíamos chamar de noção *restritiva* da ideologia, entendida como *falsa consciência* ou *consciência invertida* do real. Nessa concepção, a vivência das relações sociais em sua imediaticidade nos distanciaria de representações adequadas da vida social. As ideias dominantes tratariam de reforçar tais limites afirmando as relações sociais capitalistas como naturais e imutáveis. De outro lado, uma noção *aberta* e complexa da categoria ideologia a



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

entenderia como *visão de mundo* vinculada à determinada *classe social*. Esta segunda acepção não nega a possibilidade de determinado conjunto ideológico voltar-se ao encobrimento da realidade social, mas abre caminho para pensar as ideologias como correspondentes aos avanços e limites das visões de mundo elaboradas pelas classes sociais em luta.

A noção *restritiva* ou *aberta* do termo implica diferentes compreensões da própria tradição marxista: pode ser entendida como a análise científica das formações sociais ou como um conjunto de idéias em luta ativa contra o estado de coisas vigente. Segundo Eagleton (1996), a diferença entre essas duas concepções é a de que a consciência é, no primeiro caso, essencialmente contemplativa (cognitiva) visando uma correspondência com o objeto a ser pesquisado. No segundo, a consciência é entendida como parte da realidade, como força dinâmica da transformação social (performativa) (EAGLETON, 1996, p. 179).

Vale dizer que os dois sentidos estão presentes também na obra marxiana. A categoria ideologia surge com conotação restritiva em suas obras de acerto de contas com a filosofia clássica alemã. Aqui a inversão da realidade ao nível da consciência social reflete a inversão presente nas próprias relações sociais.

A consciência, nunca pode ser outra coisa senão o ser consciente, e o ser dos homens é o seu processo real de vida. Se em toda a ideologia os homens e as suas relações aparecem de cabeça para baixo como numa câmera escura, é porque esse fenômeno deriva do seu processo histórico de vida da mesma maneira que a inversão dos objetos na retina deriva do seu processo diretamente físico de vida (Marx, 2009b, p.31).

Se num primeiro momento, até 1848, a categoria ideologia nos textos marxianos se referia a esse reflexo de uma realidade invertida no plano da consciência, quanto mais o autor avança na crítica da economia política, mais ele aproxima o termo da noção de concepções de mundo vinculadas a uma classe social. Não é à toa, portanto, que o termo reapareça no famoso Prefácio à Contribuição à Crítica da Economia Política, de 1859, já despido de sua conotação restritiva. As *formas ideológicas* aparecem, no Prefácio, como o terreno no qual os seres humanos adquirem consciência do antagonismo oriundo do modo de produção de suas vidas e, mais importante, lutam para resolvê-lo (MARX, 2008, pg 46). Ora, se é a própria vivência das relações contraditórias na sociedade capitalista a fonte do encobrimento da realidade, essa inversão do real não pode ser atribuída a um conjunto de ideias. São as classes em luta que elaboram, cada uma ao seu modo e com os limites que correspondem aos seus interesses objetivos (em última instância, a mudança ou preservação de tal ordem de coisas), a consciência dessas contradições.

Também o conhecimento científico da classe trabalhadora sobre si mesma é um reflexo



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

do desenvolvimento histórico real dessa classe em luta contra o capital.

Enquanto o proletariado ainda não está bastante desenvolvido para se constituir como classe e, conseqüentemente, a sua própria luta com a burguesia não tem ainda um caráter político; enquanto as forças produtivas ainda não estão bastante desenvolvidas, no seio mesmo da burguesia, para possibilitar uma antevisão das condições materiais necessárias à libertação do proletariado e à formação de uma sociedade nova, esses teóricos são apenas utopistas que, para amenizar os sofrimentos das classes oprimidas improvisam sistemas e correm atrás de uma ciência regeneradora. Mas, à medida que a história avança e, com ela, a luta do proletariado se desenha mais claramente, eles não precisam mais procurar a ciência em seu espírito: basta-lhes dar conta do que se passa ante seus olhos e se tornarem porta-vozes disso (MARX, 2009a, p.141-142).

Essa mudança no interior do conhecimento científico, onde as proposições teóricas burguesas de despem de seu conteúdo crítico tornando-se mera apologética da sociedade existente e, ao mesmo tempo, o ponto de vista proletário adquire o potencial de desvelamento da totalidade social, tem como marco principal as revoluções de junho de 1848. É a partir desse processo que o proletariado surge como classe autônoma em contraposição ao capital e que a ideologia burguesa passa a orientar-se pela preservação da ordem e manutenção da dominação sobre a classe trabalhadora.

Daí a denúncia, feita por Marx e Engels e interpretada por Lukács (2010), acerca da decadência ideológica do pensamento burguês após 1848. Com o surgimento do proletariado como classe revolucionária, as ideias anteriormente formuladas como leis gerais da sociedade capitalista, bem como o conjunto de promessas originadas no período revolucionário da burguesia, entram em contradição com o movimento histórico objetivo. Para Lukács, tal reviravolta faz com que o pensamento burguês opere predominantemente a partir da fuga da análise concreta da realidade, “com a liquidação do materialismo e da dialética espontâneos próprios do ‘período heróico’ da revolução burguesa” (LUKÁCS, 2010, p. 52).

Tal decadência ideológica está profundamente ligada ao desenvolvimento do modo de produção capitalista e conseqüente divisão social e técnica do trabalho. Quanto mais se complexificam as relações sociais, mais o indivíduo burguês ocupa-se exclusivamente da valorização do valor, tendo menos tempo para sistematizar idéias sobre si mesmo e suas relações. A pseudo-ciência, que acredita pairar acima das contradições de classe, passa a corresponder à posição objetiva da classe onde os ideólogos do capital são selecionados em sua grande maioria. Trata-se da *pequena burguesia*, cuja posição objetiva nas relações sociais capitalistas faz de seu pensamento o esvaziamento constante da polarização social entre as classes sociais fundamentais, um grupo social cuja sobrevivência depende do arrefecimento dos conflitos de classe. Essa oscilação da pequena burguesia transforma-se no método da ciência



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

burguesa em tempos de decadência ideológica que “cata ao mesmo tempo migalhas contraditórias de pensamento, unidas pelo laço do ecletismo” (LUKÁCS, 2010, p. 61).

A forma científica na qual se manifesta este espírito da pequena burguesia capitalista é o ecletismo, a tentativa de erigir como “método” científico o “por um lado... e por outro”, tão caro ao pequeno-burguês; de negar as contradições da vida ou, o que é a mesma coisa, de contrapor entre si, de maneira superficial, rígida e carente de mediações, determinações contraditórias. Ademais, este ecletismo se veste com roupagens tanto mais suntuosas quanto mais for vazio. Quanto mais se mascara de “crítico” e “revolucionário”, tanto maior é o perigo que representa para as massas trabalhadoras cuja revolta é ainda confusa (LUKÁCS, 2010, p. 60).

O mascaramento das contradições reais do modo de produção capitalista, típica da decadência ideológica, não é aqui um resultado mecânico da inversão presente no interior do modo de produção, mas um resultado do processo histórico real vivenciado pela classe burguesa. Lukács trabalha, assim, com a noção de ideologia como concepção de mundo vinculada à uma classe social. O potencial explicativo das diversas teorias se revela a partir do processo histórico real vivenciado pelas classes às quais, conscientes disso ou não, os ideólogos se vinculam. Tal apreensão do termo ideologia não ignora o sentido negativo do termo, mas o incorpora a partir da compreensão do pensamento como estruturalmente coagido pelos limites objetivos de cada classe social.

Em *História e Consciência de Classe*, Lukács (2003) sintetiza essas duas acepções acerca da ideologia na junção entre sujeito e objeto do conhecimento. O caráter teleológico da práxis humana, ao mesmo tempo que transforma o meio social circundante e as relações entre os próprios seres humanos, produz projeções a partir dessa prática. O trabalho é processo a um só tempo intelectual e criativo. A consciência social nada mais é do que a realidade vivida traduzida em pensamento, mas trata-se de uma realidade em contante transformação, em constante mudança. São as contradições contidas no modo de produção da vida que impelem os seres humanos a transformar constantemente suas relações e, com elas, o meio em que vivem. Sendo assim, o grau de alcance do pensamento diante da totalidade social é definido pela forma como os seres humanos se posicionam no interior das contradições subjacentes ao modo de produção. Daí inferir à posição objetiva de cada classe na sociedade capitalista uma consciência de classe em potencial. Dito de outra forma, a consciência se define em Lukács como um problema de imputabilidade referente aos interesses históricos de cada classe, ao alcance da ação que cada grupo social no mundo da produção têm ou poderia ter no processo histórico (LUKÁCS, 2003, p. 159).

Segundo Eagleton, o oposto da ideologia como encobrimento das relações sociais deixa



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

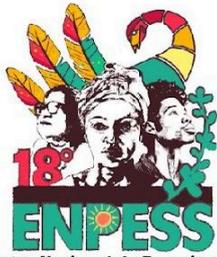
de ser, em Lukács, uma suposta “ciência marxista” o que, ademais, descartaria o acúmulo do conhecimento humano impulsionado pelo século das luzes e pelo conjunto das ciências ditas “burguesas”. Em Lukács o oposto da “falsa consciência” é ocupado pela categoria da totalidade, “uma das funções desse conceito, em sua obra, é permitir que ele descarte a idéia de uma ciência social desinteressada, sem com isso tornar-se prisioneiro do relativismo histórico” (EAGLETON, 1996, p.181). O caráter verdadeiro ou científico de determinada concepção de mundo, das ideologias, é a possibilidade maior ou menor de se aproximarem do conhecimento da totalidade das relações sociais capitalistas.

Tanto a dialética quanto o materialismo são filhos do século das luzes, nasceram à época em que o ponto de vista burguês correspondia ao avanço das forças produtivas materiais e à libertação humana dos grilhões do feudalismo. Entretanto, antes mesmo da superação completa do antigo regime, a burguesia já se encontrava em oposição a um novo inimigo que ela própria havia feito surgir: o proletariado. A impossibilidade, por parte da ideologia burguesa, em se propor ao conhecimento da totalidade social deriva de sua posição objetiva de classe.

Enquanto para o indivíduo burguês o fetiche da mercadoria corresponde a uma necessidade de afirmação do poder acumulado de sua classe, para o proletariado, ele mesmo transformado em mercadoria, revelar a essência desse modo de produção, decifrar as relações que regem a forma mercadoria, é revelar o sentido de sua própria existência e seu papel na História. Nesse sentido, na *História e Consciência de Classe* de Lukács, a compreensão da sociedade capitalista como totalidade não é algo comum a todas as classes, mas uma necessidade política do proletariado.

Tanto a burguesia quanto à classe trabalhadora estão sujeitas ao processo de auto-alienação no interior das relações sociais capitalistas. No entanto, se para a burguesia o conhecimento econômico de suas funções na divisão do trabalho limita o conhecimento do conjunto dos fenômenos sociais, já que a oposição dialética entre teoria e prática restringe o alcance de sua consciência de classe; para o proletariado, ele mesmo transformado em objeto dessa sociedade, o conhecimento de sua posição social revela o conjunto dessas determinações. Dessa forma, para Lukács (2003, p. 340), quando os trabalhadores passam a contestar a si mesmos enquanto mercadorias, “as formas fetichistas da estrutura das mercadorias começam a desintegrar-se: o trabalhador reconhece a si mesmo e suas relações com o capital na mercadoria”.

Essa identificação entre sujeito e objeto do conhecimento é também a forma pela qual



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

Lukács tenta apartar-se da dicotomia entre economia e política na análise do modo de produção capitalista, tão frequente nas análises mecanicistas da obra marxiana. No entanto, a identificação entre sujeito e objeto do conhecimento, entendida pelo marxista húngaro como imanente ao processo de reconhecimento do proletariado como classe, acaba identificando economia e política como elementos diacrônicos na luta de classes. As determinações econômicas e a dominação política, bem como a vivência das relações concretas e seu reflexo na consciência, estrutura e superestrutura sociais são elementos inseparáveis na análise do modo de produção capitalista. São diferentes facetas de um mesmo processo, mas a interdependência entre essas esferas não significa a identidade entre elas. Não é à toa que Marx difere o momento econômico-corporativo da formação das classes do processo de reconhecimento das classes como projeto político, ou seja, a diferença da *classe em si* e o movimento de sua construção como *classe para si*. Em Lukács, contudo, o segundo momento parece surgir espontaneamente do primeiro.

Segundo Eagleton (1996), essa identificação entre sujeito e objeto, supostamente inerente à posição objetiva do proletariado, acaba atribuindo a este último o mesmo papel da Idéia Absoluta no sistema filológico de Hegel. Assim como Hegel, Lukács acaba, com isso, atribuindo a toda consciência rotineira um caráter intrinsecamente “ideológico”, pela forma parcial e imediata de representar a realidade vivida (EAGLETON, 1996, p.184). As ideologias aparecem como um conjunto de idéias já contido de antemão na posição objetiva das classes, arriscando-se perder na análise o caráter relacional do próprio conceito de classes sociais e a influência que as diferentes ideologias de classe exercem umas sobre as outras.

A análise acaba homogeneizando discursos, estruturas e efeitos que se dão de forma muito diferenciada no processo de luta entre as classes. Isso se deve a um “essencialismo” presente na análise tanto da ideologia como das classes sociais. Não obstante a determinação presente no modo de produção, classes sociais não definem blocos de interesses homogêneos, são antes entrecortadas por contradições e diferenciações internas. Essa complexidade da formação das classes sociais incide na forma como elas pensam a si mesmas e na forma como se relacionam com as concepções de mundo em disputa na sociedade. Se as classes se definem em luta, também as ideologias sofrem o impacto das relações de força entre as classes em cada período histórico.

A ideologia é um campo de contestação e negociação em que há um constante tráfego pesado: os sentidos e valores são roubados, transformados e apropriados pelas fronteiras das diferentes classes e grupos, cedidos, reapropriados e remodelados. Uma classe dominante pode “viver sua experiência”, em parte, através da ideologia de uma classe



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

dominante anterior [...]. Ou pode moldar sua ideologia parcialmente em termos das crenças de uma classe subalterna – como no caso do fascismo, em que um setor dominante do capitalismo financeiro assume, para seus próprios fins, os preconceitos e inquietações da baixa classe média. Não existe correspondência um a um entre as classes e as ideologias, como se evidencia no caso do socialismo revolucionário. Qualquer ideologia revolucionária, para ser politicamente eficaz, teria que ser bem mais do que a “pura” consciência proletária de Lukács: a menos que ela desse uma coerência provisória a um rico sortimento de forças opostas, teria poucas probabilidades de êxito (EAGLETON, 1996, p. 187).

Esse processo é determinado na própria luta entre as classes, onde diferentes ideologias sofrem influência mútua, refazem-se constantemente, absorvem ou rejeitam elementos advindos de outras classes e grupos sociais. Além disso, as ideologias não são formuladas diretamente pelos indivíduos que compõe as classes no interior do modo de produção. As ideologias são elaboradas, com algum grau de sistematicidade, por uma categoria social específica vinculada a determinado ponto de vista de classe, daí a importância dos intelectuais e seu papel no Estado moderno. É na luta de classes, portanto, que podemos encontrar o fundamento das diferentes ideologias, já que aquilo que os intelectuais elaboram (seja ou não de forma consciente) não é outra coisa senão as questões concretas enfrentadas pelas diferentes classes em sua busca pela conquista, conservação ou legitimação do poder vigente. A ideologia adquire, assim, conotação nitidamente política e só revela todo o seu significado se inserida dentro da problemática gramsciana acerca da hegemonia.

### 3. Ideologia e hegemonia em Gramsci

A tarefa de recuperar a criticidade do pensamento de Gramsci exige, segundo Bianchi (2008), buscar a unidade em meio à diversidade de tempos presentes nos seus escritos, tentando recompor a evolução diacrônica de suas categorias. Gramsci define-se muito mais como um autor da política do que da cultura. Pode-se, inclusive, dizer que há nos cadernos do cárcere uma subordinação dessa segunda temática à primeira.

Ao estudar os desafios para a tomada do poder político na Itália sob o domínio do capital monopolista, Gramsci renova a concepção marxista do Estado. A exigência de dominar não só pela força faz com que a burguesia opere uma socialização da política desenvolvendo o equilíbrio entre as funções de força e consenso no exercício da dominação, ou seja, pela construção de *hegemonia*. O termo sociedade civil, corresponde aqui à ampliação do Estado para além do uso da coerção, atuando na esfera onde as classes se organizam para defender



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

seus interesses e colocam em disputa projetos societários antagônicos. Ao contrário do uso corrente do termo hoje em dia, em Gramsci, sociedade civil descreve um momento do próprio Estado (sociedade política). Dessa forma não existiria distinção orgânica, mas apenas funcional entre sociedade civil e sociedade política, esta última mais identificada com a função de dominação pela força. Significa dizer que é a dinâmica da sociedade civil, com suas contradições de classe, que determina a ação estatal. As formas que o Estado assume são também “um ato da vontade consciente dos próprios objetivos e não a expressão espontânea, automática do fato econômico” (SADER, 2005, p. 23).

A atividade política é entendida aqui como o primeiro momento das superestruturas, como a forma de traduzir na prática dos homens a contradição que emana dos meios de produção. A questão central para Gramsci é a do processo de formação de uma determinada vontade coletiva, questão importante para os dominados, pois reflete tanto o processo pelo qual os interesses burgueses transformam-se em consentimento dos subalternos, quanto a forma como estes elaboram as contradições vividas na forma de um projeto alternativo ao do capital. Trata-se sempre da capacidade de formar uma vontade coletiva no meio do povo. Para entender como isso torna-se, ou tornou-se no caso do fascismo, possível é necessária,

a análise do conjunto das relações sociais que permitiam o desenvolvimento da vontade social, uma “análise histórica (econômica) da estrutura social do país”. Somente a partir dessa análise seria possível identificar o “campo de possibilidades que as forças relativamente permanentes e contrapostas utilizam, na medida de sua capacidade política em sentido oposto”. (Bianchi, 2008, p. 158)

A noção do partido como *príncipe moderno* refere-se ao momento da construção de um grupo social como projeto hegemônico, onde as ideologias gestadas precedentemente transformam-se em “partido”, tendo de levar em conta não apenas os interesses econômico-corporativos do grupo social a que se vinculam, mas apresentar-se como portadoras de interesses universais. O Estado, em Gramsci assim como em Lênin (2007), atua como o partido maior da classe dominante, mas em Gramsci essa função inclui a necessidade de apresentar os particularismos de classe como interesses universais, o que obriga os dominantes a incluir reivindicações também dos grupos subalternos. Tais incorporações são sempre o resultado contraditório das lutas de classe e da formação de equilíbrios e arranjos de forças instáveis entre classes e frações de classe.

A construção da hegemonia pressupõe, portanto, a necessidade de levar em conta os interesses e as tendências dos grupos sobre os quais ela é exercida. É necessário balancear os interesses econômicos com as necessidades da dominação não só pela força, mas também pelo



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

consenso gerando certo equilíbrio de compromisso, o que exige do grupo dirigente sacrifícios em seus interesses imediatos de classe. Tais sacrifícios ou reformas na ideologia burguesa têm, contudo, um limite bem determinado. Elas não podem atingir o núcleo estratégico da dominação. Eis, em Gramsci, os limites objetivos para as diversas tentativas de conciliação dos interesses de classe. Elas “não podem envolver o essencial”, já que a hegemonia “ético-política não pode deixar de ser também econômica, não pode deixar de ter seu fundamento na função decisiva que o grupo dirigente exerce no núcleo decisivo da atividade econômica (GRAMSCI, 2011, p. 287).

Note-se que a expressão utilizada por Gramsci se refere aos grupos aos quais a hegemonia será estabelecida e não apenas aos “grupos sociais fundamentais”. Em outras palavras, trata-se não somente das classes antagônicas, mas também das diversas outras classes (campesinato, pequena burguesia, etc.) e também das frações e cisões internas das classes. Uma determinada fração de classe deve ser capaz de exercer hegemonia fazendo concessões tanto às classes opositoras quanto aos setores de sua própria classe que participam de forma subordinada do poder de Estado.

Também aqui o principal fio condutor da análise gramsciana é a relação necessária entre economia e política, entre determinações estruturais e o movimento pelo qual elas se convertem em fatores subjetivos, em superestrutura. O autor parte da afirmação de Marx na crítica da filosofia do direito de Hegel, segundo a qual as ideias ganham força material sempre que se apoderam das massas, para afirmar a ideologia como uma realidade prática. Toda ideologia necessita de certa correspondência com a realidade material e essa correspondência é dada pela forma como as classes incorporam esse conjunto de ideias como orientação à ação ou, dito de outra forma, quando as ideologias se tornam “orgânicas” a determinado grupo social.

Isso é importante porque, partindo dessa concepção, a “ideologia burguesa” deixa de ser entendida como mera falsificação intencional da realidade. O necessário aspecto de encobrimento das contradições sociais presente em toda ideologia burguesa corresponde ao lugar objetivo dessa classe na divisão social do trabalho e no Estado. Dessa forma, mesmo as reformas na ideologia e pensamento dominantes não são simples adaptações com vistas a “ludibriar as massas”, mas correspondem a mudanças concretas na correlação de forças entre as classes e frações de classe na disputa pelo poder.

Segundo Eagleton (1996) a categoria da hegemonia em Gramsci amplia e enriquece a noção de ideologia, fornecendo a esta um corpo material e um caráter dinâmico relacionado à luta política entre as classes. Contudo, Eagleton assimila, em sua crítica à Gramsci, uma



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

interpretação unilateral do termo hegemonia, relacionada apenas à dominação pela via do convencimento, da disputa de ideias na sociedade civil. Segundo esta interpretação o Estado, enquanto sociedade política seria apenas a esfera voltada à coerção enquanto a sociedade civil seria o terreno da hegemonia.

Com algumas incoerências notáveis, Gramsci associa a hegemonia ao campo da “sociedade civil”, termo com o qual se refere a toda a gama de instituições intermediárias entre o Estado e a economia. As estações de televisão pertencentes à iniciativa privada, a família, o movimento dos escoteiros, a Igreja Metodista, as escolas maternais, a Legião Britânica, o jornal The Sun, todos seriam aparelhos de hegemonia que ligam os indivíduos ao poder dominante através do consentimento, e não da coerção. A coerção, em contraste, fica reservada ao Estado, que detém o monopólio da violência “legítima” (EAGLETON, 1996, p. 197).

Cabe registrar que tal dualidade entre Estado e sociedade civil é estranha à formulação gramsciana da hegemonia. Segundo tal interpretação a esfera da ideologia ficaria restrita à sociedade civil e o uso da coerção (associado à violência legítima) à esfera da sociedade política. O próprio Eagleton alerta para o fato de que o uso da coerção necessita obter o consentimento para legitimar-se. O próprio Gramsci também o afirma, mas vai além disso: o consentimento dos dominados necessita igualmente da coerção. Aliás, toda instituição conformadora de consensos, implica certa coerção de seus membros: os escoteiros (para ficarmos em um dos exemplos listados pelo autor) definem normas de comportamento que devem ser, não apenas aceitas, mas cumpridas pelo conjunto. O não cumprimento de certas regras de comportamento implicaria em formas diferenciadas de punição, na exclusão do grupo ou, no mínimo, numa rejeição por parte deste.

Segundo Bianchi (2008), o bom entendimento do conceito exige recompor a unidade entre estrutura e superestrutura, sociedade civil e sociedade política, entre ditadura e hegemonia. O entendimento dessa unidade contraditória é ainda mais necessário aos dominados, já que em uma revolução vitoriosa a conquista do poder político e a tomada dos meios de produção são indissociáveis (embora nem sempre concomitantes). Trata-se, como vimos, de um processo que corresponde ao próprio movimento do fazer-se das classes, de sua unidade que é ao mesmo tempo política e econômica.

É que a categoria Estado em Gramsci compreende o processo mais geral de organização de uma classe dominante para exercer poder sobre a totalidade social, o que significa converter seus interesses particulares de classe em projeto organizador das práticas e concepções de uma gama ampla e diversa de grupos subordinados. Dessa forma, a sociedade civil passa a ser



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

entendida como o momento de formulação das determinações econômicas em uma superestrutura, ou seja, movimento no qual as contradições econômicas chegam ao seu termo e são capazes de fundar um novo Estado.

O consenso e a coerção, assim como sociedade civil e sociedade política, são momentos no interior de uma unidade contraditória que é o Estado. A dominação pela coerção e pelo consenso não se anulam, ao contrário, necessitam-se mutuamente, são aspectos inseparáveis de uma mesma dominação de classe. A coerção é o elemento que garante que as concessões necessárias ao exercício da hegemonia se situem nos estreitos limites da manutenção da dominação. De outro lado, também o convencimento dos dominados é necessário como elemento legitimador do próprio uso da força.

Novamente partindo da análise do Prefácio de 1859, Gramsci entende a ideologia como a superestrutura necessária de uma determinada estrutura. Ela aparece como o aspecto de massas de toda concepção de mundo: é isso o que diferencia as ideologias “orgânicas” aos grupos sociais fundamentais. É no terreno das ideologias, como afirmou Marx, que os homens tomam consciência de sua posição social e, portanto, de suas tarefas históricas.

Inserida dentro da problemática da hegemonia, a ideologia adquire um caráter ao mesmo tempo mais amplo e mais preciso. Ela deixa de ser pensada como um momento da consciência ou uma mera expressão do fato econômico e adquire conotação nitidamente política. Ideologia em Gramsci compreende o movimento pelo qual as diferentes classes sociais elaboram ao nível da consciência uma concepção de mundo unitária e coerente. Dessa forma, torna-se possível apreender o caráter histórico das diferentes ideologias. O que possibilitaria caracterizar uma ideologia como “falsa” ou “verdadeira” consciência é sempre a maneira pela qual ela tenta dar conta dos problemas concretos colocados pela realidade vivida.

Entendida como a expressão ideal do movimento histórico-concreto de uma classe, torna-se possível incorporar à análise da ideologia também as maneiras de pensar “espontâneas” das massas. Isso demonstra uma dupla preocupação do marxista sardo: de um lado, tratava-se de entender como foi possível à ideologia dominante adquirir uma influência decisiva sobre as massas, na configuração do fascismo italiano. De outro, buscava-se entender de que forma o próprio marxismo torna-se direção moral e política do conjunto da classe trabalhadora.

O ponto de partida é entender o processo pelo qual se formam as crenças populares e de que forma pode-se influenciar as massas no sentido da formação de um pensamento unitário e coerente. Nosso pensamento é sempre definido pela vivência das relações sociais, é sempre



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

composto pela coletividade da qual fazemos parte. Gramsci refere-se aos diferentes tipos de conformismo aos quais todos estamos sujeitos, mas enquanto esse pertencimento não se torna crítico e consciente, ele se compõe de forma heteróclita, descontínua, fragmentada. O senso comum define, em Gramsci, a forma contraditória e embrionária de manifestação da consciência de classe, que não pode ser apreendida pela análise da concepção de mundo em si mesma (no que os indivíduos dizem sobre si mesmos ou na concepção que expressam sobre suas vidas), mas nas suas manifestações práticas, em sua ação. O contraste entre o pensar e o agir, bem como a forma de superar essa contradição encontra-se através de mediações da política.

[...] o contraste se verifica nas manifestações vitais de amplas massas: neste caso, ele não pode deixar de ser a expressão de contrastes mais profundos de natureza histórico-social. Isto significa que um grupo social, que tem sua própria concepção de mundo, ainda que embrionária, que se manifesta na ação e, portanto, de modo descontínuo e ocasional [...] toma emprestado a outro grupo social, por razões de submissão e subordinação intelectual, uma concepção que não é a sua, e a afirma verbalmente, e também acredita segui-la, já que a segue em “épocas normais”, ou seja, quando a conduta não é independente e autônoma, mas sim submissa e subordinada. É por isso, portanto, que não se pode separar a filosofia da política; ao contrário, pode-se demonstrar que a escolha e a crítica de uma concepção de mundo são, também elas, fatos políticos (GRAMSCI, 1999, p. 97).

O que diferenciaria a filosofia da práxis das demais ideologias “é que estas últimas não seriam senão criações inorgânicas, contraditórias, pois tentam conciliar interesses opostos e excludentes e, por essa razão, extinguem-se assim que a necessidade de proceder a essa conciliação cessa” (BIANCHI, 2008, p.136).

O autor dos cadernos certamente estava preocupado com a capacidade de o próprio marxismo transformar-se em ideologia, no sentido de uma visão de mundo capaz de organizar as massas no sentido da tomada do poder. Não obstante, também as ideologias da classe dominante têm de apoderar-se das massas. Dessa forma, a crítica das ideias dominantes de uma época deixa de ser um mero exercício do pensamento, mas um aspecto central da luta de classes, já que “a adesão ou não adesão de massas a uma ideologia é o modo pelo qual se verifica a crítica real da racionalidade e historicidade dos modos de pensar” (GRAMSCI, 2011, pg.142).

As ideias orgânicas à classe dominante não se tornam uma concepção das massas da mesma forma como a filosofia da práxis. Esta última tem a função de elaborar criticamente o projeto histórico da classe trabalhadora, consistindo, portanto, na expressão ideal do movimento real de libertação dessa classe do jugo do capital. A ideologia burguesa, como forma necessária de manutenção da sujeição das massas a um poder que lhe é estranho, tem como finalidade



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

justamente evitar que a classe trabalhadora elabore criticamente sua própria visão de mundo.

É isto também o que diferencia a categoria de intelectuais vinculada aos interesses dominantes. Gramsci aprofunda a tese já citada segundo a qual o que determina a relação entre os intelectuais (representantes de uma classe) e a classe mesma não é a posição objetiva que estes ocupam no seio da produção, mas o fato de que seu pensamento é coagido pelos limites que a classe não consegue ultrapassar em sua atividade prática. Cada grupo social cria para si uma elite de intelectuais cuja função é elaborar teoricamente as contradições vivenciadas pela classe no seio do modo de produção.

Tal categoria é o que fornece unidade e coerência aos interesses de conjunto da classe. Quanto mais a classe capitalista passa a se ocupar exclusivamente da valorização do valor, mais se faz necessária a especialização de uma camada específica de intelectuais, definida por Gramsci como funcionários da superestrutura:

Os intelectuais são os “prepostos” do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político, isto é: 1) do consenso “espontâneo” dado pelas grandes massas da população à orientação impressa pelo grupo fundamental dominante à vida social, consenso que nasce “historicamente” do prestígio (e, portanto, da confiança) obtido pelo grupo dominante por causa de sua posição e função no mundo da produção; 2) do aparelho de coerção estatal que assegura “legalmente” a disciplina dos grupos que não “consentem”, nem ativa nem passivamente, mas que é constituído para toda a sociedade na previsão dos momentos de crise do comando e na direção, nos quais desaparece o consenso espontâneo. (GRAMSCI, 2011, pg. 208).

Dois elementos devem ser observados na passagem acima. Em primeiro lugar, o consentimento espontâneo aparece sempre entre aspas, sinalizando que a hegemonia do grupo dominante é, ao mesmo tempo, consenso garantido pela coerção e vice-versa. A função dos intelectuais não se restringe à elaboração de ideias, mas à capacidade de adiantar-se ao movimento da classe opositora, impedindo que se organize enquanto projeto alternativo e legitimando o mecanismo de coerção estatal aos grupos que não se subordinam. Em segundo lugar, os intelectuais assumem o papel de funcionários tanto da coerção como do consenso. O que os intelectuais elaboram no pensamento é a expressão do movimento real das classes enquanto sujeito histórico.

#### **4. Considerações finais**

O debate marxista em torno da ideologia diz respeito a problemas mais amplos do que qualquer preciosidade acadêmica ou rigor terminológico. À diferentes concepções do que vêm a



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

ser ideologia correspondem diferentes compreensões de ciência e da relação do marxismo com o conhecimento da realidade social.

Explicitamos nosso alinhamento à concepção da ideologia como visão de mundo vinculada às classes sociais, desde que por isso não se entenda um conjunto homogêneo de ideias (como nos pares ideologia burguesa X ideologia proletária), mas a forma como as diferentes classes e frações de classe elaboram as contradições vividas no seio do modo de produção na forma de ideias, pela mediação de uma categoria específica que são os intelectuais. Entendemos que este caminho permite explicar melhor a razão pela qual determinadas ideologias estão voltadas ao encobrimento da totalidade social, bem como o espaço privilegiado ocupado pelos interesses das classes subalternas para o desvendamento da realidade.

Tal viés é bastante presente em vários autores clássicos do pensamento marxista. Há, contudo, diferenças marcantes no que se refere à articulação das ideologias com o lugar ocupado por cada classe no interior da divisão social do trabalho e de suas consequências à formulação de projetos societários. Em outros termos, as diferenças surgem na forma de equacionar a relação entre economia e política no processo de constituição das classes sociais. É este processo que traduz as contradições vividas à forma de ideias mobilizadas no confronto entre interesses históricos antagônicos na sociedade civil.

Escolhemos dois autores bastante conhecidos no âmbito do Serviço Social brasileiro para expor os diferentes caminhos à articulação entre economia e política na análise da ideologia. Com Lukács, tornou-se possível superar a dicotomia entre a noção restritiva e positiva da ideologia. Já não se tratava, a partir de *História e Consciência de Classe*, de contrapor o marxismo como ciência, à toda ideologia burguesa. O alcance e limite de cada classe social ao deparar-se com o conhecimento das contradições da sociedade burguesa é definido pelo lugar que ocupa no interior da própria contradição. Lukács define, dessa forma, a ideologia como a consciência possível de cada classe na complexa trama das relações sociais capitalistas.

Entendemos que a lacuna, deixada por Lukács, se refere à *especificidade da política* na sociedade capitalista. Se o marxista húngaro define bem a relação entre posição social de classe e potencial explicativo da realidade, falta-lhe a explicação de como o espaço de cada classe se traduz em projeto de classe na disputa política. É na relação entre economia e política que se pode encontrar o movimento histórico-concreto através do qual determinada classe consegue converter um conjunto de ideias em ideologia.

A análise de Gramsci permite equacionar a relação entre o momento



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

econômico-corporativo e o momento ético-político na formação da classe trabalhadora. É a mediação política da luta de classes que permite compreender como as diferentes ideologias se formam, entram em luta, atraem-se e repelem-se mutuamente. Inserir a temática da ideologia como parte fundamental da luta política entre as classes significa, como já o fazia Marx desde as famosas teses sobre Feuerbach, atribuir ao conhecimento papel ativo na transformação da realidade. Significa, ademais, dotar a categoria ideologia de um potencial explicativo maior diante da complexidade da dominação capitalista. Possibilita explicar as contradições existentes entre diferentes visões de mundo em disputa na sociedade, a partir dos interesses concretos de classe e fração de classe e de seus rebatimentos na disputa em torno do poder de Estado. É evidente que não há, em Gramsci, uma tradução mecânica entre tais interesses e a formulação das ideologias. Daí a importância da categoria dos intelectuais.

Nos parece evidente, nos dias em que escrevemos essas linhas, a importância da análise da ideologia e de sua inextricável relação com a política na sociedade capitalista. Não é ocasional que a formulação Gramsciana acerca da ideologia tenha sido desencadeada pelos problemas teóricos colocados pela ascensão do fascismo na Itália. Ontem como hoje, vencer o reacionarismo burguês demandará da classe trabalhadora, e dos intelectuais a ela vinculados, compreender a centralidade da luta política e da batalha das ideias, único caminho possível para recolocar na ordem do dia um projeto autônomo de poder da classe trabalhadora.

### **Referências Bibliográficas**

BIANCHI, Álvaro. **O laboratório de Gramsci: filosofia, história, política**. São Paulo: Alameda, 2008.

EAGLETON, Terry. A ideologia e suas vicissitudes no marxismo ocidental. In: ZIZEK, Slavoj (org.). **Um mapa da ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere** (Vol 1). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

GRAMSCI, Antonio. **O leitor de Gramsci: escritos escolhidos 1916-1935** / Carlos Nelson Coutinho (org.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. **O Estado e a revolução: o que ensina o marxismo sobre o Estado e o papel do proletariado na revolução**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2007.

LUKÁCS, Gyorgy. **História e consciência de classe: estudos sobre a dialética marxista**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

LUKÁCS, Gyorgy. Marx e o problema da decadência ideológica. In: Lukács, Gyorgy. **Marxismo e teoria da literatura**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MARX, Karl. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Expressão Popular, 2009b.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

---

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl. **Miséria da filosofia**: resposta à filosofia da miséria, do Sr.Proudhon. São Paulo:  
Expressão Popular, 2009a.

SADER, Emir (org.). **Gramsci: poder, política e partido**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.